

Nota do Autor à Segunda Edição	7
Prefácio	11
Introdução	19
1. Juiz natural: noções gerais, aspectos históricos e de direito comparado	25
1.1. Do juiz natural e das garantias correlatas	25
1.1.1. A Independência judicial	26
1.1.2. Da imparcialidade do juiz	31
1.1.3. Do juiz natural como mecanismo para assegurar a imparcialidade	35
1.2. Do surgimento e da evolução histórica da garantia do juiz natural	42
1.2.1. No direito inglês	44
1.2.2. No direito norte-americano	48
1.2.3. No ordenamento francês	51
1.2.3.1. A justiça francesa no <i>Ancien Régime</i>	51
1.2.3.2. A justiça francesa após a Revolução de 1789	54
1.3. Juiz natural no direito comparado	60
1.3.1. No ordenamento jurídico italiano	60
1.3.2. No ordenamento jurídico espanhol	64
1.3.3. No ordenamento jurídico português	67
1.3.4. No ordenamento jurídico alemão	68
1.3.5. No ordenamento jurídico argentino	71
1.4. Juiz natural nas declarações internacionais de direitos humanos	72
1.4.1. Juiz natural na Declaração Universal dos Direitos Humanos	72
1.4.2. Juiz natural na Convenção Europeia de Direitos Humanos	73
1.4.3. Juiz natural no Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos	76

1.4.4.	Juiz natural na Convenção Americana de Direitos Humanos...	76
1.4.5.	Eficácia das convenções internacionais de direitos humanos no ordenamento jurídico nacional.....	80
1.5.	Questão terminológica: a escolha da expressão juiz natural e seu significado.....	87
1.6.	Juiz natural: direito ou garantia?	90
2.	Da garantia do juiz natural na Constituição brasileira	93
2.1.	Noções gerais.....	93
2.2.	Do juiz natural na evolução constitucional brasileira.....	95
2.3.	Conteúdo do juiz natural na Constituição de 1988	111
2.4.	Da vedação dos tribunais de exceção.....	111
2.4.1.	As Justiças Especializadas.....	123
2.4.2.	Os foros por prerrogativa de função.....	126
2.5.	Do juiz competente: juiz determinado por lei.....	130
2.6.	Do juiz predeterminado por lei.....	138
2.6.1.	Termo <i>a quo</i> da predeterminação.....	146
2.6.2.	Inaplicabilidade da regra de direito intertemporal <i>tempus regit actum</i>	153
2.6.3.	<i>Perpetuatio iurisdictionis</i> e predeterminação do juiz competente.....	158
2.7.	Juiz natural como “juiz-órgão” ou como “juiz-pessoa”?.....	165
2.8.	Juiz natural como “juiz-pessoa” e a regra da identidade física do juiz.....	185
2.9.	O juiz natural e o critério de idoneidade	192
2.10.	A garantia do juiz natural em face do Ministério Público.....	196
2.11.	Juiz natural na investigação preliminar.....	204
2.12.	Juiz predeterminado em segundo grau	206
2.13.	A garantia do juiz natural na execução penal.....	215

3.	Da reserva de lei e as regras de definição e modificação de competência...	219
3.1.	O conteúdo de norma formal da garantia do juiz competente	219
3.2.	Reserva de lei em matéria de competência	221
3.2.1.	Regras de competência nos regimentos internos dos tribunais.....	229
3.2.2.	Da criação de varas especializadas por atos normativos internos do Poder Judiciário	230
3.3.	Da concretização da competência	240
3.4.	Dos critérios de competência	243
3.5.	Da norma sobre competência: critério de competência e fator de coligamento.....	250
3.6.	Normas de competência: taxatividade, conceitos jurídicos indeterminados e discricionariedade	254
3.7.	Do incidente de deslocamento de competência: federalização dos crimes de graves violações de direitos humanos.....	261
3.8.	A competência territorial alternativa	267
3.8.1.	Do “porto em que tocar a embarcação” e do território em que ocorrer o pouso da aeronave.....	268
3.8.2.	Foro alternativo na ação penal exclusivamente privada.....	272
3.9.	Do desaforamento.....	276
3.9.1.	Das hipóteses de cabimento do desaforamento.....	279
3.9.2.	Dos fatores de coligamento no caso de desaforamento: a “comarca ou termo mais próximo” e a “comarca da mesma região”	288
3.10.	Da competência por conexão e da continência: natureza jurídica... ..	293
3.10.1.	Das hipóteses de conexão.....	298
3.10.2.	Das hipóteses de continência.....	302
3.10.3.	Dos efeitos da conexão e continência: reunião dos processos e prorrogação de competência	303
3.10.4.	Dos efeitos da conexão e continência: separação facultativa de processo.....	308
3.10.5.	Dos critérios de definição do foro prevaiente	315

3.11.	Da conexão e continência envolvendo crimes de competência da Justiça Eleitoral.....	322
3.12.	A mudança de competência em razão do foro por prerrogativa de função.....	330
3.13.	As infrações de menor potencial ofensivo e a “complexidade ou circunstâncias do caso” como critério de modificação de competência: vagueza do conceito.....	344
3.14.	Da competência do juiz das garantias.....	348
3.15.	Da competência para a execução penal.....	356
4.	Eficácia temporal das alterações de regras constitucionais e infraconstitucionais sobre competência.....	369
4.1.	Alegados fatores de flexibilização da predeterminação do juiz natural.....	372
4.1.1.	Mudanças de normas infraconstitucionais.....	373
4.1.2.	Lei modificadora de natureza geral e abstrata.....	375
4.1.3.	Aplicação da proporcionalidade.....	385
4.1.3.1.	Aplicação da regra da proporcionalidade em relação ao juiz natural.....	398
4.1.3.2.	A posição de Alessandro Pizzorusso.....	405
4.1.3.3.	A “eficiência da administração da justiça”.....	409
4.1.4.	Retroatividade da norma de competência mais benéfica para o acusado.....	417
4.2.	A predeterminação do juiz e a extinção do órgão jurisdicional competente.....	419
4.3.	Da mudança de competência por alterações legais: a Lei 9.299/1996 e as mudanças de competência dos crimes dolosos contra a vida praticados por militares.....	423
4.4.	Das mudanças de competência por alteração de critérios constitucionais: a EC 45/2004 e os crimes militares.....	427
4.5.	Da mudança de competência em razão de especialização de vara... ..	430
4.5.1.	As especializações das varas de lavagem de dinheiro.....	431

4.5.2. Da Res. 19, de 03.08.2005, do TJRN.....	438
4.5.3. Da Lei Estadual 6.806, de 22.03.2007, do Estado de Alagoas...	438
4.6. Da mudança de competência pela implementação do juiz das garantias.....	440
5. Das consequências das violações da garantia do juiz natural	445
5.1. Vícios dos atos processuais e sistemas de nulidades.....	446
5.2. Dos atos processuais inexistentes	450
5.3. Dos chamados pressupostos processuais de existência e de validade do processo	457
5.3.1. Do vício decorrente da falta de investidura do juiz.....	462
5.3.2. Do vício decorrente da incompetência do juiz	466
5.4. Do sistema legal de nulidade do Código de Processo Penal e sua projeção sobre os vícios de competência	471
5.5. Meios para o reconhecimento da inexistência jurídica do ato inexistente.....	486
5.6. Violação do juiz natural e garantia do <i>ne bis in idem</i>	492
Conclusão.....	499
Bibliografia	507
Outras Obras do Autor	543